

**Plano Estratégico**  
de junho 2022 a dezembro 2026

# REDE NACIONAL de Proteção à Criança contra o Abuso e a Exploração Sexual

**Juntos vamos construir**

Todas as Crianças merecem ter quem lute por elas e defenda os seus Direitos



# ÍNDICE

PLANO ESTRATÉGICO de junho 2022 a dezembro 2026 .....	5
1. Construção de Premissas .....	6
1.1. Histórico de nascimento e motivação .....	6
CRONOLOGIA	
Principais acontecimentos que culminaram na constituição da Rede .....	8
Breve descrição dos acontecimentos retratados na cronologia .....	10
1.2. Missão, Valores e Visão .....	12
REDE NACIONAL DE PROTEÇÃO À CRIANÇA CONTRA O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL	
missão, valores, estratégia e visão .....	13
MISSÃO .....	13
VALORES .....	14
VISÃO .....	16
1.3. Diagnóstico estratégico .....	17
Diagnosticar, Projetar, Construir e Avaliar para Melhor Intervir .....	21
Por que precisamos agir agora? .....	24
2. Grandes Escolhas .....	25
2.1. Visão de futuro .....	26
2.2. Objetivos estratégicos .....	26
3. Elaboração do Plano estratégico .....	32
3.1. Mapa estratégico .....	32
3.2. Indicadores e metas .....	33
Objetivos Gerais .....	34
4. Implementação e Monitorização do Plano .....	40
Considerações Finais .....	43
Referências .....	45

# Plano Estratégico

## de junho 2022 a dezembro 2026

A Rede Nacional de Proteção à Criança contra o Abuso e a Exploração Sexual, configura-se num parceiro do Estado e da sociedade para dar resposta à problemática do abuso e da exploração sexual de crianças em Cabo Verde, vindo na continuidade de outros esforços já encetados pelo Governo e por várias entidades. Por querer potenciar o trabalho já desenvolvido, o plano estratégico da Rede terá em conta os cinco eixos do Plano de Ação Social, nomeadamente:

- 1) A participação das crianças e dos jovens na defesa dos seus Direitos, na promoção de autocuidados e no processo de avaliação das políticas protetivas a eles direcionadas;
- 2) A prevenção, através de ações educativas, formativas e de sensibilização em torno dos Direitos das crianças e dos jovens;
- 3) O atendimento e os cuidados adequados, céleres, de qualidade e em rede às crianças e aos jovens em situação de violência sexual, bem como às suas famílias;
- 4) A responsabilização, com vista à máxima redução da impunidade;
- 5) A constituição de alianças locais e multilaterais para uma intervenção integrada, abrangente e sustentável (Rosabal, 2019<sup>1</sup>).

Assim, e para levar a cabo o trabalho da Rede, o planeamento estratégico é um processo fundamental durante o qual a liderança da organização define a missão e os objetivos e chega a acordo quanto à estratégia, com vista a uma melhor tomada de decisão e escolhas importantes para projetar um futuro com sucesso.

A definição de uma estratégia numa organização é importante, por dar a oportunidade de aliar a visão e a missão da organização; melhorar o domínio da organização; atender às mudanças necessárias; definir sucesso em conjunto; e assegurar que todos seguem a mesma direção.

Neste sentido, o planeamento estratégico desta Rede que agora apresentamos tem como principais componentes a missão, a visão, as prioridades estratégicas e os objetivos que suportam cada prioridade estratégica. O documento subdivide-se em quatro etapas:

**Etapa 1**  
**Construção de Premissas ou Fundamentos.**

**Etapa 2**  
**Grandes Escolhas.**

**Etapa 3**  
**Elaboração do Plano Estratégico.**

**Etapa 4**  
**Implementação e Monitorização do Plano.**

O abuso e a exploração sexual trata-se de uma problemática multissetorial, que envolve inúmeros atores sociais, pelo que a constituição de parcerias interinstitucionais reveste-se de uma importância indiscutível, e que vários países já provaram ser a estratégia mais eficaz e bem-sucedida nesta matéria. Como tal, deverá promover-se a descentralização dos serviços de apoio nesta área, por forma a assegurar a cobertura nacional, bem como apostar na especialização das instituições e das suas equipas e estimular a produção e a partilha de dados na rede de proteção.

Espera-se, por isso que este documento seja orientador do trabalho a desenvolver pela Rede Nacional de Proteção à Criança contra o Abuso e a Exploração Sexual.

<sup>1</sup> Discurso de Sua Excelência, a Ministra da Educação, Família e Inclusão Social de Cabo Verde, na abertura do Atelier "Diálogo Nacional Criança Prioridade Absoluta, Capitalização dos Resultados do Projeto Reforço das Capacidades para Melhor Prevenir e Combater a Exploração e os Abusos Sexuais das Crianças em Cabo Verde", em 14 de janeiro de 2019.

# 1. Construção de Premissas



## 1.1. Histórico de nascimento e motivação

**Cabo Verde, arquipélago de 10 ilhas que conseguiu a sua independência em 1975, em virtude de pertencer a várias organizações internacionais e tendo assinado tratados internacionais, empenha-se em cumprir as recomendações da ONU relativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o índice das Nações Unidas, Cabo Verde é já um país de desenvolvimento médio.**

Para o seu desenvolvimento económico, o país apostou no desenvolvimento do turismo, tirando vantagem do seu clima e das suas belezas naturais. Porém, o turismo engloba um conjunto de problemas, entre os quais, o aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A violência, a exploração e o abuso sexual constituem uma violação clara dos Direitos Humanos, sendo, particularmente, mais grave quando exercida contra crianças, adolescentes e jovens<sup>2</sup>.

Esta realidade constitui um grave e complexo problema social que ultrapassa, em muito, o espaço doméstico (violência sexual intrafamiliar), estendendo-se a outras formas de crime e a diferentes níveis de organização, desde a pedo-

filia à pornografia infantojuvenil na Internet. É de salientar que a violência e a exploração sexual, quer no seio familiar, quer nas comunidades, se encontra relativamente bem documentada, contrariamente ao que concerne à exploração sexual para fins comerciais e turísticos, em particular nas ilhas do Sal, Boavista e São Vicente, onde o turismo é a maior fonte económica.

Em setembro de 2017, na cidade da Praia, por ocasião do 1.º Encontro de Coordenação das Redes Locais de todas as ilhas de Cabo Verde, foi criada a Rede Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças, no âmbito do projeto "Reforço das Capacidades para melhor prevenir e combater a exploração e os abusos sexuais das crianças em Cabo Verde 2017-2018". Neste contex-

to, este foi o primeiro projeto a ser implementado em Cabo Verde, no quadro da parceria entre a ACRIDES e o ECPAT-Luxemburgo, à qual se deve a assistência técnica e financeira do referido projeto, que conta com o cofinanciamento do ICCA e com a assistência técnica do ECPAT-Brasil.

Esta Rede congrega elementos da sociedade civil, de instituições, de associações e de empresas com grande envolvimento social a favor da defesa dos Direitos da infância e da juventude.

Os membros que a constituem optaram, inicialmente, por um modelo funcional sem uma superestrutura orgânica. Contudo, elegeram a ACRIDES para assumir a coordenação nacional da Rede e desempenhar o papel de facilitadora em todos os níveis de atuação.

Complementarmente, foi criada a figura do Coordenador Local, com o objetivo de se obter maior concertação e autonomia regional na implementação do respetivo plano de ação, aprovado no âmbito da sua constituição, em setembro de

2017. O referido plano de ação visa o desenvolvimento institucional da Rede e o reforço da sua capacidade organizacional, para se conseguir alcançar a melhor eficácia no cumprimento da sua missão: **Prevenir e Combater o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças.**

Importa recordar que o documento do projeto inicial mencionava o seguinte:

«No final do primeiro ano do projeto, uma reunião com a Rede Nacional terá lugar para avaliar e fazer o seguimento das medidas tomadas até à data e indicar as novas estratégias se assim for necessário.»

Passados cinco anos da sua constituição, apresentamos o Plano Estratégico referente aos próximos quatro anos e meio de intervenção da Rede.

A sua elaboração beneficiou de uma abordagem participativa, que implicou parceiros dos setores públicos e privados e da cooperação internacional, abrangendo entidades com responsabilidades na intervenção em matéria de infância e juventude.

Passados cinco anos da sua constituição, apresentamos o Plano Estratégico referente aos próximos quatro anos e meio de intervenção da Rede.



<sup>2</sup> Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, crianças são todos os seres humanos menores de 18 anos (Organização das Nações Unidas, 1989). Por sua vez, a fase da adolescência compreende a faixa etária entre os 10 e os 19 anos (Organização Mundial de Saúde, 2021). Já a juventude diz respeito à faixa etária entre os 15 e os 24 anos. Contudo, os limites de idade da juventude podem ser influenciados por variáveis como a independência económica e financeira, a escolaridade (frequência do ensino superior) e o emprego (Nações Unidas, 2022).

# Cronologia

Principais acontecimentos que culminaram na constituição da Rede



2007

Estudo sobre trabalho infantil identifica situações de pedofilia, prostituição infantil e crianças utilizadas como correio de droga.

Abril 2013

Reunião com os parceiros. O Centro Social das Aldeias de Crianças SOS previu a organização de um fórum de debate sobre a prostituição infantil em São Vicente.

Abril 2015

Relatório sobre as Práticas de Direitos Humanos do Departamento do Estado Norte-Americano alerta para a exploração sexual em Cabo Verde.

5 setembro 2017

Parceria tripartida: ECPAT Luxemburgo e Brasil, ACRIDES Cabo-Verde e ICCA. Constituição da Rede Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças.

2017

Estudos e relatórios congregam informações dispersas e pouco aprofundadas sobre o problema, por se associar a um dos setores mais produtivos do país - o turismo.

2018

Apelo do Parlamento Infantil ao Governo.

2019

Realização de duas avaliações externas da Rede Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças.

Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT.

Dezembro 2012

Encontro entre ECPAT-Luxemburgo e ACRIDES.

Outubro 2013

Reação do governo de Cabo Verde ao Relatório sobre as Práticas de Direitos Humanos.

Julho 2015

Ações promovidas pelo setor público e pela sociedade civil no âmbito do abuso e da exploração sexual de Crianças.

2017

Conferência "Turismo e sua Implicação nas crianças e adolescentes: Abuso e exploração sexual, mendigagem, álcool e outras drogas" (ICCA).

Novembro 2017

Dia Nacional Contra o Abuso e a Exploração Sexual das Crianças (Aprovado pelo Parlamento de Cabo Verde).

4 junho 2018



## BREVE DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS RETRATADOS NA CRONOLOGIA

Conhecemos o  
nosso **passado!**

É este passado  
que nos guia  
no trabalho que  
desenvolvemos  
no **presente** com  
vista a um **futuro**  
sorridente para as  
nossas crianças!

- Em 2007, foi realizado um **estudo sobre o trabalho infantil**, que identificou a existência de situações de pedofilia, de prostituição infantil e crianças utilizadas como correio de droga.
- Em dezembro de 2012, o **“Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT”** destacou várias preocupações relacionadas com a questão da exploração infantil<sup>3</sup>.
- Em abril de 2013, aquando da reunião com os parceiros, a Direção do Centro Social das Aldeias de Crianças SOS, em Mindelo, previu a **organização de um fórum sobre a prostituição infantil em São Vicente**.
- Em outubro de 2013, ocorreu o **primeiro encontro entre a ECPAT-Luxemburgo e a ACRIDES**, durante a Conferência Internacional sobre o Turismo Sexual implicando Crianças, em Genebra (Suíça).
- Em abril de 2015 foi publicado o **Relatório sobre as Práticas de Direitos Humanos do Departamento do Estado Norte-Americano**, que alertou para o facto de Cabo Verde ser um país de origem, de trânsito e de destino de crianças submetidas à exploração sexual, com destaque para a ilha do Sal (cidades de Santa Maria), na ilha de São Vicente (cidade de Mindelo) e na ilha de Santiago (cidade de Praia)<sup>4</sup>.
- Em julho de 2015, reação do **Governo de Cabo Verde aos dados do Relatório sobre as Práticas de Direitos Humanos do Departamento do Estado Norte-Americano**, referindo que a prostituição de crianças é uma grave violação dos seus Direitos. O Governo comprometeu-se a tomar as medidas necessárias à resolução do problema e proteção das crianças<sup>5</sup>.
- Em 2017, estabeleceu-se a **parceria tripartida entre ECPAT Luxemburgo e Brasil, ACRIDES Cabo-Verde e ICCA** e, em 5 de setembro, foi constituída a Rede Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Ex-

<sup>3</sup> Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e as suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP (Organização Internacional do Trabalho [OIT] & Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil [IPEC], 2012).

<sup>4</sup> O Relatório do Departamento de Estado Norte-Americano indica que, apesar dos esforços do Governo, não tem sido possível eliminar o tráfico de crianças. Como tal, torna-se importante reforçar a legislação, no sentido de proibir todas as formas de tráfico de pessoas, punindo com maior rigor e celeridade (*Bureau of Democracy, Human Rights and Labor of the United States Department of State*, 2015).

<sup>5</sup> Declarações da Ministra Cabo-verdiana da Juventude, do Emprego e do Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Janira Hopffer Almada, à Agência Panafricana de Notícias (Carvalho, 2015).



ploração Sexual de Crianças, durante o Primeiro Encontro dos Coordenadores das Redes Locais.

- No mesmo ano, os diferentes atores do setor público e da sociedade civil iniciaram um **trabalho em torno da questão do abuso e da exploração sexual de crianças**. Os dados recolhidos permitiram constatar que esse fenómeno não é um subproduto do Turismo.
- **Estudos e relatórios congregaram informações sobre a exploração sexual**. Verificou-se alguma dificuldade de certos setores em reconhecer explicitamente a existência ou o aumento deste problema associado ao turismo, já que esta é uma das áreas mais produtivas do país.
- Em novembro de 2017, decorreu a **Conferência “Turismo e sua Implicação nas crianças e adolescentes: Abuso e exploração sexual, mendicagem, álcool e outras drogas”**, promovida pelo Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), na ilha do Sal<sup>6</sup>.
- Em 2018, as **crianças membros do Parlamento Infantil fizeram um apelo ao Governo**, apresentando as preocupações das crianças que vivem no bairro de Boa Esperança (igualmente conhecido como Barraca) e no qual residem cerca de 60% dos habitantes da ilha de Boavista<sup>7</sup>.
- Ainda em 2018, o dia **4 de junho** foi aprovado por unanimidade pelo Parlamento de Cabo Verde como o **Dia Nacional Contra o Abuso e a Exploração Sexual das Crianças**, na sequência de uma petição pública que recolheu 12 mil assinaturas e cuja iniciativa se deve à Associação das Crianças Desfavorecidas (ACRIDES)<sup>8</sup>.
- Em 2019, foram elaboradas **avaliações externas à Rede** (Leonilde dos Reis – janeiro; *Artemis Information Management*, entidade do Luxemburgo – junho). Com base nestas avaliações, a Rede fez um balanço e reajuste da sua intervenção estratégica, o que permitiu projetar o planeamento das linhas futuras de ação da mesma.

<sup>6</sup> Em declarações à Infopress (2017) e sobre o tema da exploração sexual no âmbito do turismo, Humberto Lélis, secretário da Câmara do Turismo de Cabo Verde, referiu que *“Esses relatos não passam de meros relatos. Não temos informações concretas e precisas em relação à questão do turismo sexual incidente sobre a criança. Esse problema não atinge Cabo Verde... pelo menos por agora”*.

<sup>7</sup> No âmbito do Parlamento Infantil, um jovem dos jovens presentes, Sulio Tavares, referiu *“Ali há todos os tipos de problemas. Prostituição infantil, muito trabalho infantil. Falta de urbanização, criminalidade, uso de drogas e álcool por parte dos adolescentes e crianças. As crianças não estudam e vão para a venda ambulante”* (Agência Lusa, 2017). Pelo menos 2 crianças por dia é vítima desse fenómeno (abuso e exploração sexual na família ou comunidade próxima) em Cabo-Verde.

<sup>8</sup> Página oficial da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

## 1.2. Missão, Valores e Visão

Sabemos que a **MISSÃO**, os **VALORES** e a **ESTRATÉGIA** de uma organização, permitem definir a sua **VISÃO DE FUTURO**. A atuação de uma organização inicia-se com a identificação de um problema ou de um desafio que precisa de ser solucionado, estabelecendo-se um propósito ou uma finalidade para a sua ação, isto é, a missão da organização. Neste sentido, o planeamento estratégico e as ações estipuladas para a intervenção em dada problemática, têm como objetivo alcançar determinados resultados, que se traduzem na visão da instituição.

### PERCURSO ATÉ À DEFINIÇÃO DA VISÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO



O **PROPÓSITO** de uma organização é a sua “Estrela Polar”, ou seja, o caminho a seguir e a gestão a fazer. Por sua vez, o **PROVEITO** é aquilo que contribui para a sustentabilidade e é o que garante o propósito.

### MECÂNICA PARA DEFINIR O PROPÓSITO DE UMA ORGANIZAÇÃO E ALCANÇAR O SEU PROVEITO



## REDE NACIONAL DE PROTEÇÃO À CRIANÇA CONTRA O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL

### Missão, Valores, Estratégia e Visão

# MISSÃO

A **missão** de uma organização é o contributo para a sua finalidade, ou seja, a sua razão de ser. Trata-se da premissa fundamental para a definição das etapas do planeamento estratégico. Neste sentido, a missão organizacional e a visão, balizam toda a atuação da organização na esfera estratégica, tática e operacional.

Assim, a Rede Nacional de Proteção à Criança Contra o Abuso e a Exploração Sexual tem como missão:

**Prevenir e Combater o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças.**



# VALORES

## Valores da Rede Nacional de Proteção à Criança Contra o Abuso e a Exploração Sexual

*Acreditamos nas crianças e queremos o melhor para elas.*

Foto de Carlos Magno no Unsplash



*Realizamos atividades que causam impacto.*

**Intervimos pela excelência.**

*Colocamos as Crianças em primeiro lugar!*



**Fazemos o melhor que podemos, para dar a cada criança tudo o que salvaguarde os seus Direitos.**



Os **valores** representam um conjunto de crenças, de princípios morais ou de políticas organizacionais que informam as pessoas como devem reger os seus comportamentos dentro da organização. Procuram, ainda, estruturar a sua cultura e as suas práticas, surgindo agregados à missão e norteados a gestão estratégica da entidade.

**Tomamos posição a favor da eliminação da violência sexual contra as crianças.**

*Privilegiamos o trabalho em parceria que promove a sinergia das ações.*

*Agimos sempre pelo superior interesse da Criança.*



Foto de Carlos Magno no Unsplash

*Tomamos decisões com base na evidência dos factos e agimos para fazer a diferença.*

**Somos corajosos nas nossas ações e promovemos a capacitação e a participação ativa das crianças.**



# VISÃO

A **visão** é a idealização de um futuro desejado e deve sensibilizar as pessoas que atuam na organização, assegurando a sua mobilização e o seu alinhamento face aos temas estratégicos. Traduz como a organização gostaria de ser reconhecida pelas partes interessadas ou pelos atores com os quais se relaciona.

Deste modo, a visão da Rede Nacional de Proteção à Criança Contra o Abuso e a Exploração Sexual consiste em:

**Ter uma sociedade mais justa e que respeite os Direitos das Crianças.**

Para a sua concretização, identificam-se os seguintes **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**:

1. A concertação e a sinergia de todas as partes interessadas, isto é, os membros da Rede, os parceiros estratégicos e a sociedade em geral, devem contribuir para a adequação de medidas e de políticas com vista à prevenção do abuso e exploração sexual de crianças;
2. Todas as crianças, nas etapas do seu processo de desenvolvimento e nos contextos relacionados com a família, a escola e a comunidade, devem beneficiar de intervenções que salvaguardem o seu superior interesse;
3. As crianças têm de ser capacitadas e empoderadas nos seus Direitos, a fim de saberem como se protegerem para se sentirem mais seguras.

Por fim, assume-se como sendo a **FINALIDADE DA REDE**:

**Contribuir para reduzir os casos de abuso e de exploração sexual de crianças e promover a proteção social e legal de toda a família.**

Com base nestas premissas, a Rede estabelece os seguintes **OBJETIVOS GERAIS**:

1. Colaborar para a adequação e a consolidação das políticas sociais com vista à prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças;
2. Promover o desenvolvimento integral da criança, nos contextos familiar, escolar e comunitário, salvaguardando o seu superior interesse;
3. Potenciar o empoderamento das crianças e capacitá-las para os seus direitos, com vista a uma atitude de autoproteção e segurança.



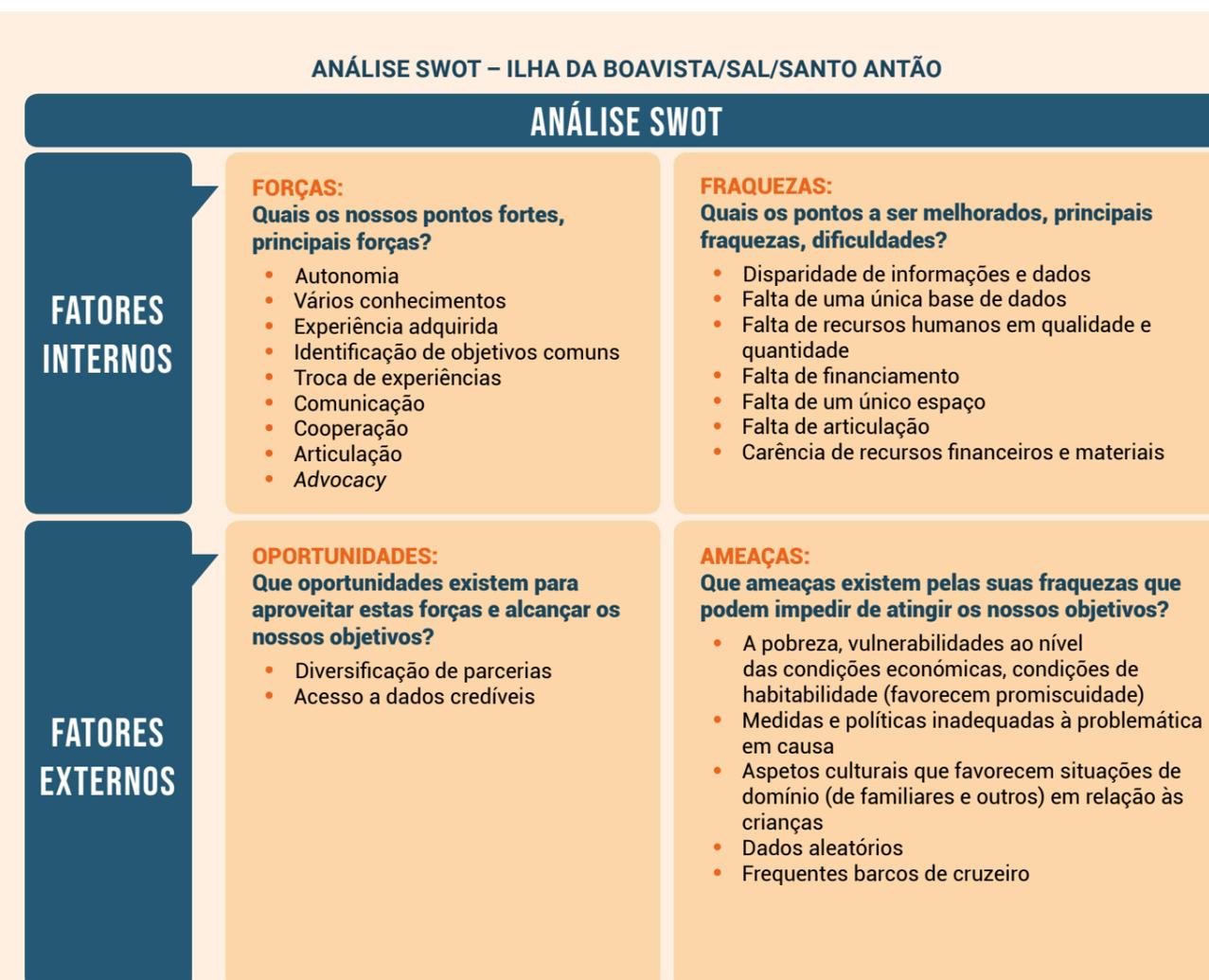
## 1.3. Diagnóstico estratégico

No planeamento estratégico, a análise SWOT é uma maneira bastante eficiente de identificar os pontos fortes e os pontos fracos de uma organização, bem como examinar as oportunidades existentes e as ameaças que poderão ser enfrentadas no seu ambiente de atuação. A matriz SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer a análise do cenário, sendo usada como base para a gestão e o planeamento estratégico de uma organização. Este instrumento serve de apoio para que as fraquezas sejam minimizadas e os pontos

fortes maximizados, através de uma estratégia que contemple, em simultâneo, as oportunidades do ambiente e o que de melhor a organização poderá fazer para as aproveitar.

O diagnóstico estratégico envolve conhecer os fatores positivos e negativos do ambiente interno e externo. Assim que este processo estiver finalizado, concluímos a etapa de definição de premissas ou fundamentos e, a partir desse retrato da organização, passamos para a etapa das Grandes Escolhas.

De seguida apresentamos o **diagnóstico** elaborado, de forma partilhada, pelos membros das redes locais:



## ANÁLISE SWOT – ILHA SANTIAGO (NORTE)/S. VICENTE

## ANÁLISE SWOT

## FATORES INTERNOS

**FORÇAS:**

Quais os nossos pontos fortes, principais forças?

- Compromisso pessoal e profissional dos membros da rede
- Partilha e troca de experiências
- Autonomia de redes locais
- Multidisciplinaridade de atores
- Metodologias de trabalho e abordagem
- Parcerias/protocolos com CMSM; Escola Secundaria de São Lourenço; Polo X de Ribeirão Manuel; Polícia Nacional; Delegações do Ministério da Educação; Delegacias do Ministério da Saúde; Tribunais Locais; ICCA- Locais; Igrejas (Católicas; Nazareno; Adventistas;...)
- Maior cooperação da comunidade que não pertence a REDE

**FRAQUEZAS:**

Quais os pontos a ser melhorados, principais fraquezas, dificuldades?

- Fraca Comunicação (no entanto tem vindo a melhorar)
- Falta de uma única base de dados
- Inacessibilidade territorial (falta de transportes)
- Carência de recursos financeiros e materiais
- Falta de Treinamento / Reciclagem (no entanto tem vindo a melhorar)
- Bolsa de competência (Multidisciplinaridades)
- Não existência de meios tecnológicos de acesso a comunicação em REDE
- Ausência de RH Especializados na materia
- Falta de serviços especializados que darão respostas ao problema
- A Vitimização Secundária (número elevado de inquirito a mesma vítima) o que causa traumas a vítima/criança
- A incompatibilidade entre o tempo e a disponibilidade dos membros para as atividades da REDE
- Carências dos meios informáticos, didáticos,.... para o trabalho da REDE
- O excesso do individualismo, coloca em causa o essencial trabalho da REDE
- A falta de profissionalização de alguns voluntários dificulta o real funcionamento da REDE
- A falta de ética e de responsabilidade constituem um entrave ao funcionamento da REDE

**OPORTUNIDADES:**

Que oportunidades existem para aproveitar estas forças e alcançar os nossos objetivos?

- Disponibilidade institucional para outras Instituições entrarem na REDE
- Participação da comunidade, nomeadamente as Associações Comunitarias
- Sociedade civil com interesse em resolver os problemas da violação sexual das crianças / menores
- Especificidade local
- Maior envolvimento das comunidades e das Instituições (Universidades, escolas, Igrejas...) nas actividades da REDE
- Existem fontes de Financiamento potenciais para as atividades da REDE
- A legislação Nacional adequada à proteção das crianças ( A lei da Justiça amiga da Criança)
- Existência de Plano Estratégico de Proteção e Combate contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças
- Existência de ONGs (Voluntarismo,...), que atuem no empoderamento das famílias
- Cooperação Internacional que apoia no financiamento

**AMEAÇAS:**

Que ameaças existem pelas suas fraquezas que podem impedir de atingir os nossos objetivos?

- Pobreza e vulnerabilidades ao nível das condições económicas, condições de habitabilidade (favorecem promiscuidade)
- Migração / Emigração / Imigração / Êxodo Rural, contribuem para este problema
- Desenvolvimento do turismo
- Aspectos culturais que favorecem situações de domínio (de familiares e outros) em relação às crianças
- A extensão territorial (em Santiago Norte) dificulta, ainda, a penetração da REDE
- Fraca acessibilidade das novas tecnologias a certas localidades dos Concelhos da Região Santiago Norte
- Medo da denúncia e de estigma
- Aspectos culturais (tabu) constituem um entrave para a solução desta problemática
- Maternidade e paternidade precoce e desresponsabilização parental
- Existência do Turismo de Exploração Sexual
- A morosidade dos processos e ausência efetiva de respostas das Autoridades Competentes

## FATORES EXTERNOS

## ANÁLISE SWOT – ILHA MAIO E FOGO

## ANÁLISE SWOT

## FATORES INTERNOS

**FORÇAS:**

Quais os nossos pontos fortes, principais forças?

- Existência da Rede
- Disponibilidade de pessoal e de espaço físico
- Convidar outras instituições a participar a rede
- Criar uma equipa multidisciplinar
- Ações de sensibilização sobre a problemática dos abusos junto das famílias e da comunidade
- Utilização das plataformas digitais para uma melhor comunicação entre os parceiros que já estão na rede e os que possam vir a aderir à rede

**FRAQUEZAS:**

Quais os pontos a ser melhorados, principais fraquezas, dificuldades?

- Falta de dados
- Dispersão territorial
- Falta de recursos financeiros e materiais
- Carência de recursos financeiros e materiais
- A deficiente organização (da rede) dificulta a transmissão de confiança às entidades com quem temos de articular
- Carência de recursos humanos profissionalizados
- Fraco engajamento da população

**OPORTUNIDADES:**

Que oportunidades existem para aproveitar estas forças e alcançar os nossos objetivos?

- Existência de comités municipais
- Especificidades das ilhas
- Existência de leis de proteção
- Disponibilidade da linha de denúncia
- Existência de voluntariado
- Existência de Políticas públicas de proteção às crianças
- Financiamento de projetos sociais por parte dos Ministérios da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e Ministério da Cultura
- Avaliado e reativado o plano de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes
- Alteração da legislação em vigor no que diz respeito ao abuso sexual de menores
- Utilização das plataformas digitais para facilitar a comunicação

**AMEAÇAS:**

Que ameaças existem pelas suas fraquezas que podem impedir de atingir os nossos objetivos?

- Pobreza, vulnerabilidades ao nível das condições económicas, condições de habitabilidade (favorecem promiscuidade, exposição da criança ao trabalho infantil)
- Desenvolvimento do turismo
- Emigração
- Morosidade da justiça
- Medidas e políticas inadequadas à problemática em causa
- Aspectos culturais que favorecem situações de domínio (de familiares e outros) em relação às crianças
- Deficiente compromisso das parcerias
- Falta de cooperação de algumas famílias
- Medo e constrangimento de denunciar as situações de abuso

## FATORES EXTERNOS

## ANÁLISE SWOT – ILHA S. NICOLAU/SANTIAGO (SUL)

## ANÁLISE SWOT

## FATORES INTERNOS

**FORÇAS:**

Quais os nossos pontos fortes, principais forças?

- Existência da Rede
- Partilha e troca de experiências
- Identificação de um objetivo comum
- Multidisciplinaridade de atores
- Diversidade cultural
- Compromisso/Responsabilidade
- Autonomia do trabalho da Rede

**FRAQUEZAS:**

Quais os pontos a ser melhorados, principais fraquezas, dificuldades?

- Fraca comunicação (houve melhoria)
- Falta de uma única base de dados
- Carência de recursos financeiros e materiais
- Deficiente trabalho em equipa
- Carência de Recursos Humanos
- Carência de Recursos Humanos profissionalizados
- Baixo nível de escolaridade
- Linguagem inadequada para o público alvo

**OPORTUNIDADES:**

Que oportunidades existem para aproveitar estas forças e alcançar os nossos objetivos?

- Existência e disponibilidade da linha de denúncia
- Participação da comunidade
- Diferentes parceiros
- Reconhecimento Social
- Reconhecimento do Governo
- Voluntariado
- Existência de Política de proteção para infância
- Avaliação e reativação do plano de combate ao abuso sexual de menores
- Alteração do código penal (agravamento das penas, aumentou a idade mínima, 16 anos, para denúncia)
- Envolvimento de Associações comunitárias
- Anualmente é aberta a oportunidade de candidaturas de projetos em diversas áreas de intervenção social

**AMEAÇAS:**

Que ameaças existem pelas suas fraquezas que podem impedir de atingir os nossos objetivos?

- A pobreza, vulnerabilidades ao nível das condições económicas, condições de habitabilidade (favorecem promiscuidade);
- Medidas e políticas inadequadas à problemática em causa
- Falta de compromisso de alguns parceiros
- Medo de fazer denúncia
- Questão cultural que banaliza o abuso
- Regresso de nacionais que levam crianças com a anuência dos pais
- Dispersão e isolamento de algumas localidades onde o acesso das pessoas e da informação constitui um grave problema
- A desresponsabilização parental
- Abandono escolar
- Falta de fiscalização dos bares e discotecas
- Morosidade da Justiça

## FATORES EXTERNOS

## DIAGNOSTICAR, PROJETAR, CONSTRUIR E AVALIAR PARA MELHOR INTERVIR

Face ao diagnóstico anteriormente identificado, apresentamos as estratégias de melhoria que os membros das redes locais identificaram sobre a Estrutura Organizacional da Rede.

## MISSÃO, VISÃO E ESTRATÉGIA

## Estratégias de melhoria

- Redação formal e jurídica da missão, dos valores e da visão da rede, por forma a ser mais abrangente e englobar todos os Direitos das crianças, envolvendo todos os membros da mesma;
- Divulgação da missão, dos valores e da visão por todos os membros da Rede;
- Elaboração clara e formal de um Plano Estratégico Global para a Rede, com a duração de três ou quatro anos. O mesmo deverá ter o contributo de consultores externos e dos membros das Redes;
- Inclusão de novos parceiros, de outras Instituições Públicas e Privadas e de confissões Religiosas;
- Realização de um Plano de Ação Anual claro e exequível, com foco a nível nacional, bem como a elaboração dos respetivos planos de ação de cada Rede Local;
- Promoção dos mecanismos de articulação entre os vários níveis de governança da Rede, com vista a uma resposta mais eficaz ao problema.

## GESTÃO E LIDERANÇA DA REDE

## Estratégias de melhoria

- Eleição da Coordenação da Rede a nível nacional e local e dos respetivos membros, por um período fixo (três anos), com vista à diminuição da rotatividade dos elementos;
- Criação de um conjunto de instrumentos de apoio à gestão e à intervenção, tais como: código de conduta, regulamento interno e manual de processos e de procedimentos;
- Desenvolvimento de um plano de melhoria e de mecanismos de controlo e de avaliação;
- Promoção de momentos de partilha de boas práticas, de instrumentos de trabalho e de reflexão;
- Promoção do envolvimento dos parceiros da Rede Nacional e Local com uma definição clara de papéis;
- Promoção de espaços de diálogo e de espírito de equipa, que deverá ser mais robusto e mais responsável na ótica dos resultados;
- Clarificação e melhoria do plano de governança: gerir, responsabilizar, avaliar e promover a eficácia e a eficiência da organização;
- Definição de processos e assegurar que os mesmos facilitam e monitorizam as atividades.



## RECURSOS HUMANOS

### Estratégias de melhoria

- Formalização do processo de adesão à Rede, através da assinatura de um contrato com a definição das responsabilidades de ambas as partes;
- Criação de mecanismos formais e de um plano de recrutamento dos recursos humanos, com base no perfil técnico e no grau de motivação;
- Elaboração do organograma estrutural de funcionamento da Rede;
- Partilha de recursos humanos entre as várias estruturas locais da Rede;
- Melhoria na gestão dos recursos existentes;
- Elaboração e execução de um plano de formação, com base nas necessidades identificadas.

## COMUNICAÇÃO INTERNA (INTRA-REDE)

### Estratégias de melhoria

- Criação, aplicação e avaliação de um plano de comunicação interna (e.g., reuniões periódicas, gestão de conflitos, lideranças horizontais);
- Criação de mecanismos formais de comunicação e de divulgação relativos aos processos de comunicação interna da Rede;
- Promoção da comunicação vertical (entre líderes e liderados);
- Promoção da comunicação horizontal (entre os vários líderes);
- Promoção de estratégias eficazes para a comunicação interna com vista à melhoria da gestão da liderança (e.g., utilização de plataformas digitais, realização de reuniões periódicas, realização de intercâmbios de técnicos).

## COMUNICAÇÃO EXTERNA (EXTRA-REDE)

### Estratégias de melhoria

- Criação, aplicação e avaliação de um plano de comunicação externo;
- Criação de um departamento de comunicação;
- Criação de um mapa de procedimentos da comunicação externa e das responsabilidades de cada elemento da Rede;
- Comunicação como instrumento estratégico: realização de campanhas solidárias, de campanhas pedagógicas ou de marchas sociais, recurso aos meios de comunicação social;
- Criação de um site da Rede, de boletins informativos, de revistas periódicas, etc...

## SUSTENTABILIDADE

### Estratégias de melhoria

- Realização de ações de angariação de fundos (e.g., concertos, jantares de beneficência, etc.);
- Criação de um plano de comunicação externa específico para a angariação de fundos;
- Aumento dos financiamentos internacionais;
- Promoção de protocolos com o Estado, com membros regionais, com instituições da sociedade civil e com empresas;
- Realização de campanhas de solidariedade;
- Divulgação da Rede para obtenção de financiamento nacional e local;
- Criação de condições financeiras, através de protocolos e de candidaturas a programas e a projetos nacionais e internacionais;
- Maior corresponsabilização na prestação de contas ao financiador;
- Criação de uma estratégia global na angariação de fundos, a nível nacional e local.



## POR QUE PRECISAMOS AGIR AGORA?

O panorama da salvaguarda e da proteção das crianças está a mudar e, embora a prática esteja a melhorar, o financiamento global é cada vez mais desviado para aqueles que já sofrem abusos ou negligências, ou seja, para as situações de emergência. Estamos, então, a testemunhar os efeitos de uma redução da ajuda universal, precoce e dos serviços preventivos.

Na Rede, os recursos diretos de que dispomos são modestos, relativamente às verbas alocadas ao sistema de proteção de crianças que existe em Cabo Verde. No entanto, acreditamos que a nossa influência pode ser bastante eficaz. Temos uma responsabilidade realmente importante e um papel distinto a desempenhar, que está profundamente enraizado na **proteção das crianças** – usar a nossa experiência, posicionamento estratégico e perspicácia para influenciar os órgãos de decisão, vai muito além de tudo o que podemos fazer nós mesmos.

Antes da pandemia do Coronavírus, sabíamos que os níveis de necessidade e de risco em torno do abuso sexual infantil estavam a aumentar e a tornar-se cada vez mais visível e intolerante. Sabemos, também, que o impacto da COVID-19 irá agravar esta situação. A presente geração de crian-

ças enfrenta, agora, um conjunto único e preocupante de desafios, tais como: ambientes escolares desconhecidos, relações quebradas/fraturadas, pressões familiares acrescidas, menos acesso às suas redes de apoio e um enfraquecimento das medidas de apoio e de salvaguarda.

Embora a pandemia tenha sido extremamente desafiante, também aumentou a nossa resiliência. Os serviços e os intervenientes adaptaram-se rapidamente, de modo a darem continuidade à sua intervenção e à proteção das crianças, abraçando novas tecnologias e diferentes formas de trabalhar.

Algumas destas adaptações alargaram a acessibilidade e aumentaram o envolvimento com certas crianças e famílias, revelando outras formas de darmos o nosso melhor em prol das crianças, agora e no futuro.

Na sequência da pandemia, os adultos que passam mais tempo com os filhos estão a identificar novas preocupações e a procurar aconselhamento e apoio. A situação pandémica também serviu como um lembrete de quão criativas, resistentes e corajosas as crianças podem ser e o quanto podemos aprender com elas.

Ninguém pode prever totalmente os abusos, mas sabemos que as crianças que crescem em lares onde há pobreza, violência doméstica, uso indevido de substâncias ou problemas de saúde mental correm um risco mais elevado de abuso e de negligência. Sabemos que estes fatores foram intensificados nas famílias em todo o país durante a pandemia e quando combinados com o aumento da pressão existente nos serviços, as implicações para as crianças são preocupantes.

Estamos conscientes de que sozinho não podemos atingir o nível de mudança social que queremos e que precisamos. Agora é a hora de agirmos juntos, porque acreditamos que juntos somos mais fortes!

A Rede tem de ampliar a sua equipa. Apostamos no trabalho em conjunto com os parceiros do Governo e da sociedade civil, bem como com as entidades apoiantes, em todas as Ilhas, regiões e comunidades. Deste modo, encorajamos mais pessoas a juntarem-se a nós. Vamos aproximar-nos para que com uma intervenção sinérgica se possa acabar com o abuso sexual e a negligência contra as crianças.

## 2. Grandes Escolhas



### Para onde vamos?

Responder a esta pergunta simples e direta é algo crucial, a partir do entendimento do significado da missão da Rede.

Sabendo a finalidade, é preciso estabelecer com clareza onde se pretende chegar.

Estamos cientes de que através da paixão, da bondade e da generosidade dos membros da Rede, dos voluntários, dos apoiantes e dos parceiros, iremos ajudar as crianças a protegerem-se dos abusos e da exploração sexual.

Com esta estratégia de longo prazo que pretendemos implementar, teremos uma sociedade mais justa e que respeita os Direitos das crianças. Nós não vamos ficar indiferentes.

Sabemos que existem muitas crianças vítimas desta problemática. E, tendo em conta o fraco investimento no apoio precoce às famílias, as preocupações crescentes de segurança online e o impacto da pandemia do

coronavírus, não podemos dar-nos ao luxo de ficar parados.

A boa notícia é que, se nos unirmos agora, podemos fazer a diferença. Temos uma responsabilidade importante como Rede Nacional, de reunir as pessoas e de causar o maior impacto que pudermos para erradicar o abuso infantil e a negligência. É aí que entra a nossa estratégia a partir de junho de 2022.

Nos próximos anos, iremos concentrar-nos em grandes escolhas que permitirão determinar a visão futura desta Rede e causar impacto nas áreas a que nos propomos intervir, pois acreditamos que farão toda a diferença na vida das crianças.

**VAMOS JUNTOS CONSTRUIR**  
**uma sociedade que promove e protege os Direitos das Crianças!**



## 2.1. Visão de futuro



A Visão da Rede almeja uma posição bastante superior àquela que se verifica atualmente.

Aprendemos que a visão de futuro, por definição, tem de ser um objetivo bastante audacioso, por três motivos:

1. Todas as organizações de sucesso evoluem como um verdadeiro atleta e capacitam-se diariamente com o foco na superação;
2. O sentimento de vitória “fácil” pode gerar a “síndrome do já chegámos”, não permitindo a evolução das organizações;
3. A visão de futuro não pode ser impossível de alcançar e deve basear-se em utopias exequíveis.

Desta forma, gerir a estratégia é gerir a mudança, conduzindo a organização a superações frequentes e assegurando a sua evolução sustentável.

Sem uma boa visão, uma estratégia inteligente ou um plano lógico, raramente se consegue inspirar o tipo de ação necessária para produzir uma grande mudança.

De seguida apresentamos a **Visão** da nossa Rede:

**Ter uma sociedade mais justa e que respeite os Direitos das Crianças.**

## 2.2. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos são os fins a serem atingidos pela organização para o cumprimento da sua missão institucional e o alcance da sua visão de futuro. Correspondem ao elo de ligação entre as diretrizes da governação da entidade e a sua estratégia operacional e traduzem, por um lado, as solicitações e as expectativas de todas as partes interessadas e, por outro, os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

**Atingir os objetivos estratégicos implica a existência de uma visão para o futuro e de uma estratégia para os alcançar, mas encontra-se dependente da capacidade organizacional para a implementar.**

Neste sentido, passamos a apresentar os nossos **objetivos estratégicos**:

1. **A concertação e a sinergia de todas as partes interessadas, isto é, os membros da Rede, os parceiros estratégicos e a sociedade em geral, devem contribuir para a adequação de medidas e de políticas com vista à prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças.**

Trabalharemos juntos para que se torne mais fácil para todos os visados desempenhar o seu papel e de modo a criar uma boa articulação entre as várias áreas de atuação (entre elas, justiça, segurança social, educação). Procuraremos prevenir e combater o abuso e a negligência infantil, privilegiando a abordagem do modelo bioecológico.

**Teremos de dar prioridade à prevenção:**

Neste ponto, pretende-se capacitar os interventores sociais, promovendo o aumento do conhecimento e da informação sobre a dimensão das problemáticas que colocam as crianças em risco e em perigo, bem como compreender a Criança enquanto sujeito de Direitos. Assim podemos contribuir para a criação de um melhor entendimento global sobre as crianças em Cabo Verde.

Estimular a pesquisa e a investigação sobre os casos de abuso e de exploração sexual, assim como a sua disseminação junto dos diversos atores sociais, torna-se prioritário para um trabalho de prevenção de qualidade.

**Não podemos intervir sozinhos:**

Cada um de nós pode desempenhar um papel que ajude a manter as crianças seguras. Estamos aqui para apoiar e permitir que as pessoas protejam as crianças nas suas comunidades e que unam esforços com os demais para encontrar as melhores formas de o fazer.

Acreditamos que podemos fazê-lo desenvolvendo um trabalho em sinergia apoiado na implementação de novos programas e de projetos de proteção das crianças.

Para tal, torna-se necessário criar um espaço de coordenação multissetorial entre as instituições públicas e as organizações não-governamentais, com vista a maximizar os recursos e os resultados da intervenção.

**Apostamos na adequação de políticas:**

Compreendemos que é necessário cooperar com as entidades públicas e privadas na definição de políticas e de medidas de proteção e de apoio às crianças.

Através da defesa e do suporte daquilo em que acreditamos, os Direitos da Criança, procuramos sensibilizar os decisores políticos e as instâncias judiciais na criação e na aplicação dos mecanismos de repressão e de prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças, com vista à sua proteção e bem-estar.

Estamos aqui para apoiar e permitir que as pessoas protejam as crianças nas suas comunidades e que unam esforços com os demais para encontrar as melhores formas de o fazer.

## 2. Todas as crianças, nas etapas do seu processo de desenvolvimento e nos contextos relacionados com a família, a escola e a comunidade, devem beneficiar de intervenções que salvaguardem o seu superior interesse.

Devemos trabalhar de forma holística, considerando todas as partes do sistema e todos os responsáveis pela vida das crianças, intervindo em conjunto na remoção do risco e do perigo.

Todos somos necessários para proteger as crianças e apoiar as famílias e estamos certos de que podemos realmente construir uma rede de apoio psicossocial em torno de cada criança.



### A família é um parceiro importante:

Importa sensibilizar e capacitar as famílias cabo-verdianas para que protejam as suas crianças de todos os perigos, incluindo o abuso e a exploração sexual.

Consideramos que as famílias devem, também, assumir a sua função protetora: procurando, no limite das suas forças, criar um ambiente que salvaguarde as suas crianças dos cenários de abusos, tanto os que ocorrem no seu seio, como os que ocorrem no exterior. A vigilância e a denúncia são obrigações primordiais dos progenitores ou dos tutores legais.

Os interventores sociais devem privilegiar ações que combatam a irresponsabilidade parental e que levem as famílias a agir, no sentido da assunção dos deveres para com os filhos e os educandos.

### Uma escola com Direitos e Deveres:

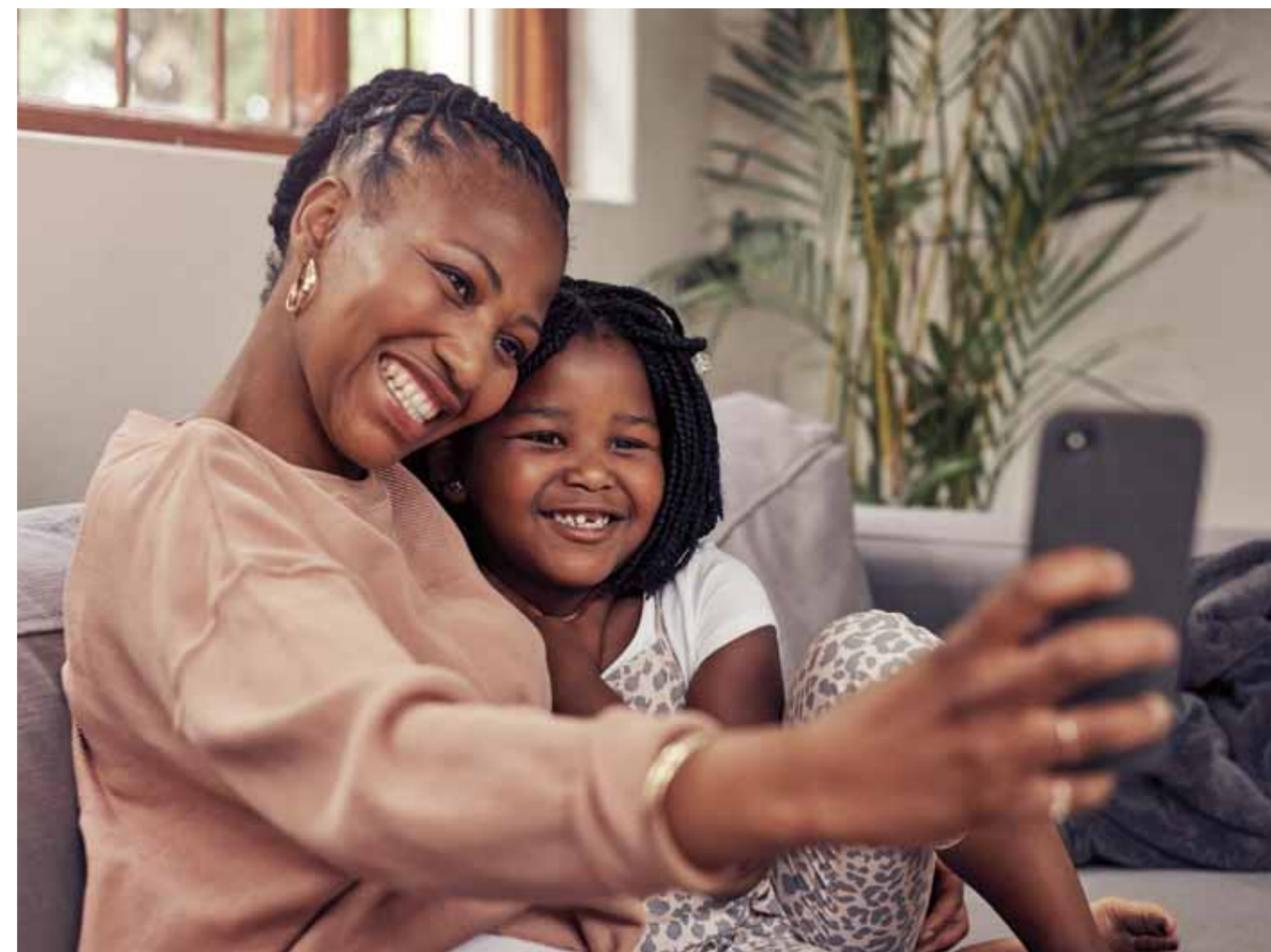
Entendemos que a escola deve ser um espaço seguro, que transmita às crianças a confiança necessária para fazerem um apelo de ajuda. A escola deverá ser obrigada a estar mais vigilante, a denunciar os casos

de abuso de que tem conhecimento às autoridades competentes e a envolver-se na resposta a situações-problema.

Deve ser um espaço que permita o desenvolvimento de atividades lúdico pedagógicas que contribuam para a diminuição de comportamentos de risco e para a aquisição de novas aprendizagens.

A intervenção deve promover a inclusão escolar de todas as crianças, com vista ao desenvolvimento e ao estímulo das suas potencialidades e capacidades, através de estratégias e de recursos que se baseiem no estabelecimento de parcerias, facilitadoras dessa medida e da cooperação.

Neste sentido, um sistema de educação inclusivo e protetor deve ser estruturado e desenvolvido de acordo com a diversidade de características e as necessidades individuais das crianças e dos jovens, carecendo de uma diferenciação de medidas, de modo a promover competências universais que contribuam para a autonomia, para o sucesso e para o acesso à cidadania plena por parte de todos.



### Compromisso comunitário de inovação social:

As comunidades, especialmente através das suas associações locais, devem envolver-se efetivamente na intervenção e promover, de forma criativa e inovadora, a cultura de proteção das suas crianças.

É uma metodologia que só é eficaz num quadro holístico que aposta numa abordagem bioecológica, a fim de contribuir para a cultura do bem-estar e da felicidade, bem como da saúde física e psicológica das crianças. Deste modo, estimulamos as crianças e as suas famílias, através de atividades, que promovem o desenvolvimento do Ser em toda a sua potencialidade, sem

limitações ou restrições, contribuindo para a estabilidade e a segurança das crianças.

É imprescindível assegurar o apoio preventivo e a intervenção precoce na vida de todas as crianças, antes ainda de se prestar suporte e intervir em situação de crise.

A intervenção comunitária de proximidade fomenta o trabalho social eficaz e de qualidade, graças à exigência de rigor metodológico, à manutenção da motivação para a inovação e à capacidade de criar projetos realistas e viáveis, realçada pelo estímulo de trabalhar com outros agentes chave comprometidos com a mesma causa.



### 3. As crianças têm de ser capacitadas e empoderadas nos seus Direitos, a fim de saberem como se protegerem para se sentirem mais seguras.

É prioritário empoderar e capacitar as crianças contra a violência sexual e protegê-las para que compreendam, desde cedo, os conceitos de respeito e de confiança, em relação a si e aos outros. Ensinar os conceitos básicos de consentimento e de respeito pela sua vontade contribui para a prevenção de muitos comportamentos de risco e apoia o desenvolvimento equilibrado das potencialidades das crianças.

Deste modo, mais crianças poderão expressar o que sentem, para que se sintam seguras, ouvidas e entendidas.

Acreditamos que, ao dar voz a quem se encontra numa situação de maior vulnerabilidade, estamos a promover de forma efetiva o Direito à Participação dessas pessoas.



#### As crianças sentem-se seguras, ouvidas e apoiadas:

É fundamental potenciar uma atitude proativa das crianças e dos jovens na construção de um projeto de vida saudável, implicando, também, a família e os parceiros.

Para tal, torna-se necessário promover a participação, a autonomia, o espírito crítico e de iniciativa e a socialização na aprendizagem e no relacionamento com o outro.

Acreditamos, igualmente, que os contributos da ação das crianças e dos jovens produzem, na sua maioria, um impacto positivo e direto na comunidade onde se inserem e, em particular, no seu grupo de pares.

Estamos certos de que o trabalho de capacitação das crianças e dos jovens para o exercício da sua cidadania, permitirá otimizar o contributo desta Rede, para a adequação das medidas de política nacional para a infância e a juventude.

#### Muitas vezes as crianças não são ouvidas ou compreendidas:

Sabemos que muitas revelações de violência sexual, por parte das crianças, não são reconhecidas e compreendidas ou, por outro lado, são rejeitadas e ignoradas.

No nosso entender, as crianças ou os jovens estão a fazer um pedido de ajuda quando revelam uma experiência de violência sexual da qual foram vítimas, pelo que devem sempre ser escutados e reconhecidos, merecendo a maior atenção, respeito e compreensão da parte de quem recebe o relato ou a denúncia.

Se, por vezes e sobretudo, durante as investigações judiciais, as crianças ou os jovens entram em contradição relativamente às experiências inicialmente relatadas, tal deve ser considerado no quadro próprio do seu estado psicológico de vulnerabilidade, bem como de todas as dificuldades que possam surgir, entretanto, e que confrangem a vítima relativamente à evocação repetida da sua experiência (por exemplo, sentimentos de vergonha, novas

ameaças do/a agressor/a, medo de represálias, separação da família, sofrimento dos pais).

#### Audição e participação da Criança:

As crianças ou os jovens, em separado ou na companhia dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, devem ser ouvidos e convidados a participar nos atendimentos, nas diligências e no desenvolvimento do processo de intervenção.

Os interventores sociais devem criar uma estratégia de atuação, capacitando as crianças e os jovens de modo que participem e sejam elementos ativos na remo-

ção do risco e do perigo, sentindo-se livres do estigma social em torno do abuso e da negligência que existe nas suas comunidades, bem como no espaço online, para que estejam mais seguros na Internet. A este respeito, a maioria dos pais, dos cuidadores e de outros membros do público concordam que as redes sociais devem ter a responsabilidade legal de manter as crianças seguras nas suas plataformas.

É importante que as crianças estejam mais conscientes dos sinais de abuso e de negligência e saibam o que fazer se estiverem numa situação de perigo, uma vez que a promoção da autonomia e da responsabilidade social se

constituem como competências indispensáveis para o exercício da cidadania.

A participação das crianças e dos jovens no desenho, na implementação e na avaliação das ações permite que expressem os seus pontos de vista, garantindo que são ouvidos e que a sua opinião é tida em conta em questões que afetam as suas vidas. Recomenda-se, por isso, uma abordagem participativa que envolva as crianças e os jovens, desde o início, encarando-os como agentes ativos nas suas próprias vidas e na comunidade.



## 3. Elaboração do Plano estratégico

Neste tópico, convém recordar que as etapas do planeamento estratégico são complementares e interativas, ou seja, dividem-se para tornar o processo de planeamento mais didático.

Neste sentido é interessante observar que todos os referenciais estratégicos até agora apresentados também irão compor o plano estratégico da organização, pois este é a materialização de todo o esforço do processo de planeamento empreendido pela organização.

Assim sendo e com vista à sua operacionalização, nesta etapa o plano estratégico será detalhado num mapa estratégico, definindo os indicadores, as metas, as iniciativas e os projetos estratégicos necessários para o alcance dos objetivos anteriormente definidos.



### 3.1. Mapa estratégico

O mapa estratégico é uma ferramenta simples e eficaz, que traduz de forma visual os objetivos estratégicos que serão considerados pela organização.

Materializa a visão e a estratégia que a organização irá adotar para transformar a visão de futuro em realidade, norteadas pela missão e pelos valores. A sua maior utilidade é proporcionar o alinhamento entre os objetivos estabelecidos e definir os indica-

dores de sucesso dos mesmos, traduzido de forma visual e direta a estratégia global adotada.

O Mapa é um referencial comum de fácil compreensão para todos, proporcionando a clara percepção de como as atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização e possibilitam, deste modo, o trabalho coordenado e colaborativo em prol das metas traçadas.

### 3.2 Indicadores e metas

A principal finalidade de um indicador é traduzir de forma mensurável um determinado aspeto de uma realidade, de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Assim, o indicador é uma medida de ordem quantitativa ou qualitativa dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar

as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto de observação.

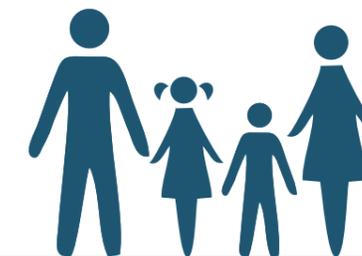
É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre o grau de evolução da realidade observada.

## FINALIDADE

Contribuir para a redução dos casos de abuso e de exploração sexual de crianças e promover a proteção social e legal de toda a família.

## OBJETIVO GERAL 1

Colaborar para a adequação e a consolidação das políticas sociais com vista à prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças.



### Objetivos Específicos

### Ações

### Resultado esperados

1

Capacitar os interventores sociais para um trabalho de qualidade na prevenção da violência sexual contra as crianças

- Organização e dinamização de ações de formação, com o apoio de peritos externos, dirigidas aos interventores sociais sobre as temáticas relacionadas com a prevenção do abuso e da exploração sexual contra crianças

- Organização de uma reunião de avaliação anual da Rede

2

Desenvolver uma intervenção integrada, multisectorial e sinérgica, para uma cooperação eficaz

- Gestão estratégica das Redes com enfoque sistémico

- Elaboração de documentos de suporte à gestão (guia de procedimentos, código de conduta e de ética, planos de atividades, reajustes ao plano estratégico)

3

Sensibilizar os decisores políticos e as instâncias judiciais para a definição de uma política nacional de proteção e apoio à criança

- Realização de estudos, seminários, colóquios, debates e outras iniciativas sobre a problemática da infância na atualidade

- Realização de campanhas de informação e de sensibilização da opinião pública, através dos meios de comunicação social e da realização de ações comunitárias

4

Garantir os meios para o acesso a fundos nacionais e internacionais do setor público e privado

- Construção de um guia metodológico de procedimentos no atendimento à criança vítima

- Fornecimento de assistência técnica e financeira para o apoio à implementação de projetos

- Adequação e uniformização dos instrumentos de registo e de recolha de dados (fichas de sinalização, grelha de planificação e avaliação)

- Ações que promovam a elaboração de pareceres e outras tomadas de posição, para a harmonização da legislação e adequação das políticas sociais

- Criação de uma base de dados para registo das denúncias

- Elaboração de candidaturas a novos programas e fundos de financiamento nacionais e internacionais

- Revitalização das Redes Locais, através da adesão de novos membros

- Realização de campanhas de angariação de fundos

- Realização de visitas de trabalho regulares às ilhas

- Estabelecimento de protocolos com o setor público e privado, bem como com o sector do turismo e das indústrias criativas

- Interventores sociais com competências reforçadas nas temáticas da prevenção do abuso e da exploração sexual contra crianças e da gestão estratégica das redes com enfoque sistémico

- Reforço do trabalho das Redes, através de visitas técnicas da Coordenação e da disponibilização regular dos dados entre si

- Colaboração de consultores e de peritos externos na formação e na gestão da Rede

- As Redes Locais são apoiadas pela Rede Nacional para funcionar cabalmente e de forma integrada, através de reuniões, formações, trabalho de campo, relatórios, planificação e avaliação

- Articulação entre a Rede Nacional e as Redes Locais participada e fortalecida

- Programas em rádios, vídeo institucional para divulgação, participação em entrevistas e outros programas televisivos

- Aquisição e disponibilização à comunidade de informações de qualidade sobre o abuso e a exploração sexual de crianças

- Opinião pública mais sensibilizada para a problemática do abuso e da exploração sexual de crianças

- Intervenção enquadrada nos conceitos legais, adequados e aceites internacionalmente

- Assistência técnica nacional e internacional periódica/pontual para reforço das áreas estratégicas: comunicação, estratégias de mobilização de fundos, incluindo elaboração de projetos, etc

- Rede mais vigilante e ativa na aplicação de medidas e de políticas de proteção à criança

- Assinatura de acordos e de protocolos com o setor público e privado, sector do turismo e das indústrias criativas

- Documento congregador dos procedimentos de atuação da Rede, acessível a todos os seus membros (guia de procedimentos, código de conduta e de ética, planos de atividades, etc.)

- A Rede Nacional e as Redes Locais beneficiam de recursos provenientes do setor privado, do setor do turismo e das indústrias criativas

- Guia metodológico de procedimentos no atendimento à criança vítima





## OBJETIVO GERAL 2

Promover o desenvolvimento integral da criança, nos contextos familiar, escolar e comunitário salvaguardando o seu superior interesse.

### Objetivos Específicos

**1** Sensibilizar e capacitar as famílias cabo-verdianas para a proteção das suas crianças de todos os perigos, incluindo o abuso e a exploração sexual

**2** Estimular a comunidade escolar na criação de um espaço seguro e vigilante para a denúncia de casos de abuso, envolvendo-se na resposta a situações-problema

**3** Prevenir comportamentos de risco, em contexto escolar, sensibilizando as crianças para os seus direitos e deveres

**4** Prevenir a dimensão do fenómeno com vista à redução dos casos de abuso e de exploração sexual, em contexto comunitário

### Ações

- Dinamização de sessões de treino de competências parentais

- Dinamização de ações de sensibilização para as famílias e para a comunidade em geral

- Organização e dinamização de atividades socioeducativas e recreativas na comunidade

- Dinamização de fóruns comunitários e radiodifusões

- Dinamização de sessões lúdico-pedagógicas nas escolas sobre os direitos e os deveres das crianças

- Dinamização de ações de sensibilização para a comunidade educativa

- Construção de materiais informativos

- Identificação, atendimento e acompanhamento, de forma integrada, de casos de violência sexual contra as crianças

- Realização de sessões de apoio psicológico de emergência a crianças vítimas e às suas famílias

### Resultado esperados

- Competências parentais reforçadas, melhorando o desempenho das famílias no apoio ao desenvolvimento da criança

- Maior sensibilização e proteção de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

- Maior participação das comunidades locais na proteção à criança

- Maior participação da sociedade civil na promoção e na defesa dos Direitos da Criança

- Maior sensibilização e envolvimento da comunidade educativa na proteção da criança vítima de violência sexual

- Materiais de informação e sensibilização produzidos e disseminados

- Respostas mais adequadas e integradas no apoio às crianças vítimas de violência sexual



## OBJETIVO GERAL 3

Potenciar o empoderamento das crianças e capacitá-las para os seus direitos com vista a uma atitude de autoproteção e segurança.



### Objetivos Específicos

**1** Desenvolver competências pessoais e sociais nas crianças que lhes permitam adquirir estratégias para identificarem e lidarem com situações de abuso e de exploração sexual, adotando comportamentos assertivos e de autoproteção

**2** Capacitar as crianças para a construção de um projeto de vida saudável, de forma proativa e autónoma, implicando, também, a família e os parceiros

**3** Garantir a audição e a participação das crianças nos atendimentos, nas diligências e em todo o processo de intervenção

### Ações

- Dinamização de ações lúdico-pedagógicas e de sessões de treino de competências das crianças, em contexto escolar, com recurso a materiais pedagógicos

- Dinamização de ações lúdico-pedagógicas dirigidas às crianças, em contexto comunitário

- Dinamização de workshops, debates, mostra de filmes ou eventos temáticos

- Organização e dinamização de intercâmbios de jovens a nível local e inter-ilhas

- Realização de visitas socioeducativas

- Elaboração de brochuras temáticas e informativas com a participação ativa dos jovens

- Elaboração e disseminação de materiais lúdico-pedagógicos

- Realização e encaminhamento para apoio psicossocial, com base na tríade: criança, família e comunidade, de acordo com um modelo holístico

- Realização de assembleias de crianças e jovens, como espaço de participação, de autonomia, espírito crítico e de iniciativa

- Realização da audição e participação da Criança nos atendimentos, nas diligências e ao longo do processo de intervenção

### Resultado esperados

- Maior envolvimento das crianças e dos jovens em ações de sensibilização em prol da sua autoproteção

- Crianças e jovens com competências de participação e de autoproteção reforçadas

- Maior participação, autonomia, espírito crítico e iniciativa das crianças e dos jovens, no exercício da sua cidadania

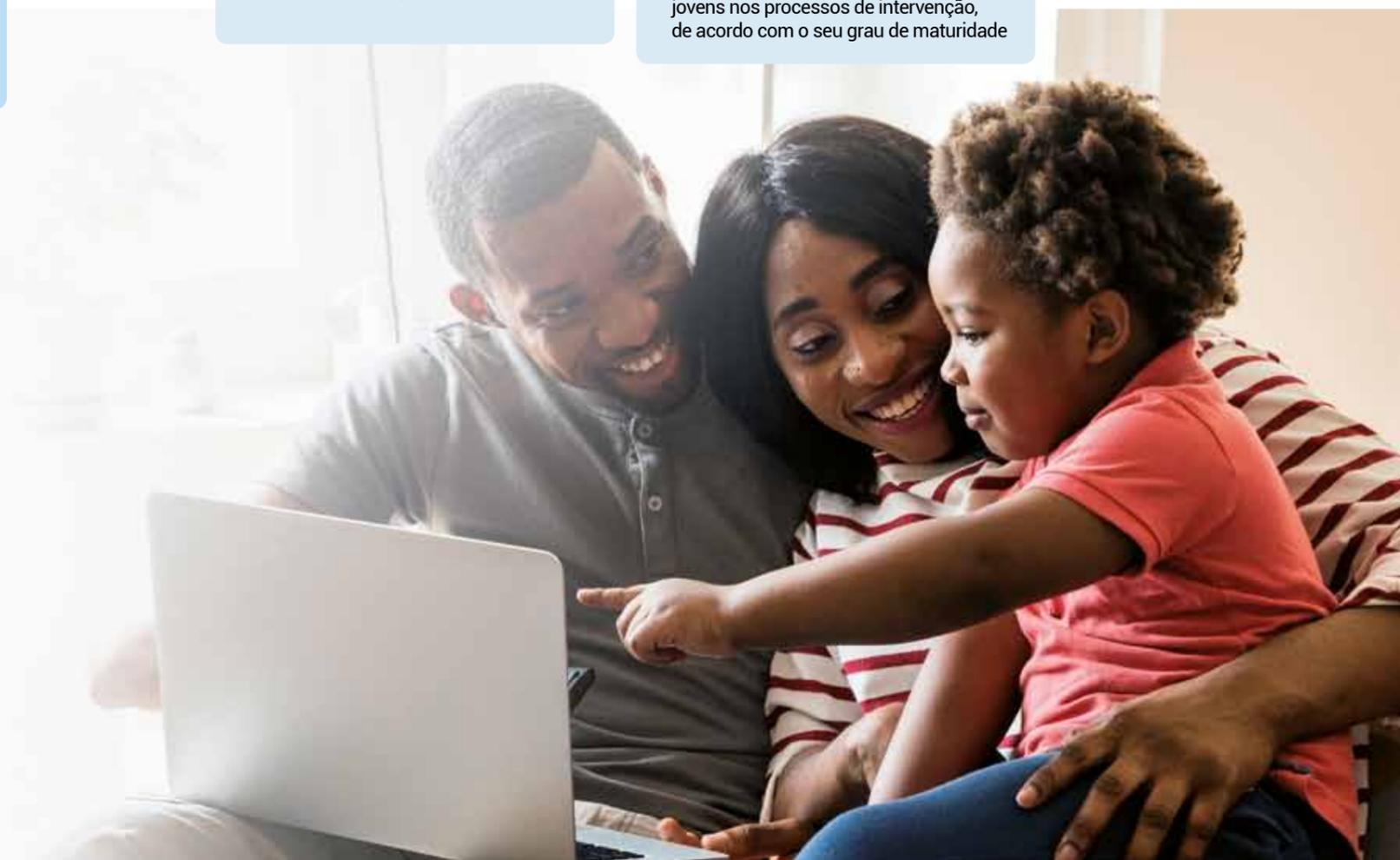
- Maior entrosamento entre os técnicos e as crianças e os jovens

- Elaboração de materiais lúdico-pedagógicos, com a participação ativa das crianças e dos jovens

- Materiais lúdico-pedagógicos produzidos e disseminados junto de crianças e de jovens

- Maior apoio psicossocial para as crianças e as famílias, com recurso às respostas da comunidade, para um projeto de vida saudável

- Maior envolvimento de crianças e de jovens nos processos de intervenção, de acordo com o seu grau de maturidade



# 4. Implementação e Monitorização do Plano

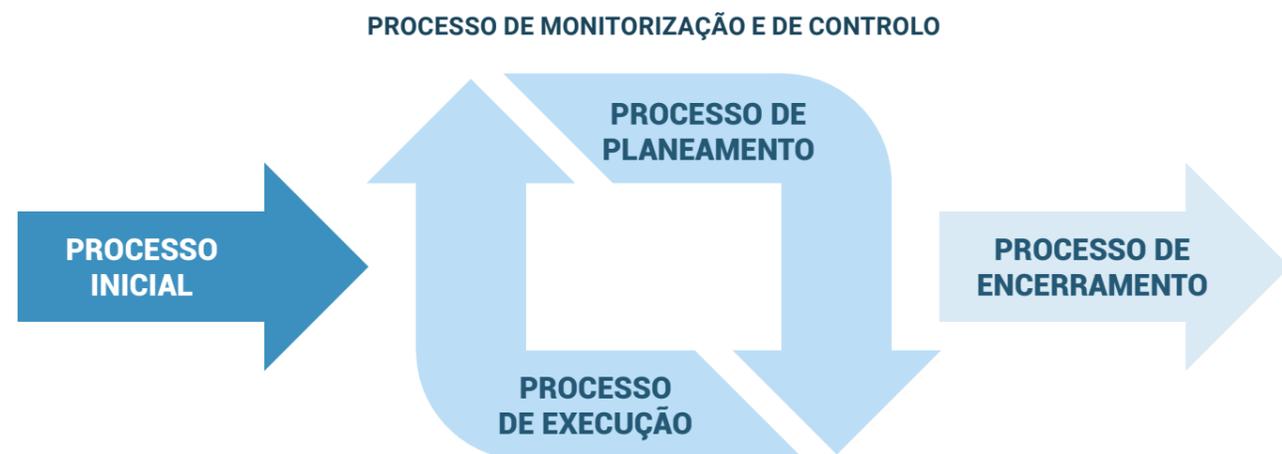


A avaliação/monitorização deverá ser constante num plano estratégico, sendo uma etapa de extrema importância por permitir a análise da eficácia do plano, promover melhorias aos seus programas e atividades estabelecidas, contribuir para a tomada de decisão sobre a alocação de recursos, promover a corresponsabilização de todos os envolvidos, comunicar e comercia-

lizar os seus planos, atrair financiadores que querem investir em estratégias comprovadas e correr riscos calculados.

Não existe um modelo único do processo de monitorização, devendo o mesmo ser metodologicamente adaptado às necessidades da organização.

Neste sentido, apresentamos em seguida um exemplo de **processo de monitorização e controlo**, que contempla as seguintes fases:



Adaptado de Escola Nacional de Administração Pública (2014)

Estes processos, muitas vezes, ocorrem simultaneamente e é equivocada a ideia de que um processo só se inicia quando termina o anterior. Desta forma, o planeamento é recorrente e deve ser atualizado durante o processo de execução.

A figura representa o ciclo de vida do plano estratégico e consiste na interação dos grupos de processos ilustrados na figura anterior.

Para gerir um plano estratégico de forma adequada devemos ter especial atenção aos seguintes aspetos:

- Foco, cronograma, orçamento, qualidade, recursos e riscos;
- Levantamento das necessidades e expetativas das partes interessadas;
- Estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis;
- Adaptação das especificidades do plano à metodologia e às expetativas das partes interessadas;
- Balanço e posterior reajuste face às exigências de todas as etapas inerentes à execução do plano.



Adaptado de Escola Nacional de Administração Pública (2014)

Assim, nesta fase de implementação e monitorização é importante refletir sobre uma série de questões, tais como: o que está a funcionar, o que não está a funcionar, o que é que aprendemos, o que mudou como resultado dos nossos esforços, que abordagens diferentes devemos considerar, entre outras, para que o projeto passe de um plano a uma execução real.

# Considerações Finais

O nosso Plano Estratégico tem por base o espírito do trabalho em equipa e em parceria, envolvendo toda a comunidade. Todos têm um papel a desempenhar e queremos que muitas mais pessoas participem na proteção das crianças.

Para projetarmos a continuidade da atuação da Rede e apresentar este Plano Estratégico, que tem vigência entre junho de 2022 e dezembro de 2026, houve a necessidade de auscultar vários interventores – coordenadores e outros membros das Redes Locais, professores, voluntários, *stakeholders* externos, entre outros. Com base nos seus comentários, pontos de vista e conhecimento prático, planeámos a prioridade de intervenção da Rede. Continuaremos a ter em conta os princípios orientadores estabelecidos, nas nossas forças e nos nossos valores, de modo a enfrentarmos as adversidades e os obstáculos inerentes à própria intervenção.

Esta estratégia é sobre evolução, e não revolução. Tornaremos os nossos serviços ainda mais fortes, com base no que as crianças e os jovens mais precisam e continuaremos a construir as relações que temos nas comunidades em todas as ilhas de Cabo Verde.

Encetaremos esforços para que a Rede tenha um maior impacto a nível nacional, mas também local. Procuraremos ter um papel de influência mútua, celebrando o esforço comum para manter todas as crianças seguras.

Orgulhamo-nos de fazer parte de uma organização que dá a oportunidade e a responsabilidade de liderar o caminho a seguir na proteção das crianças e dos jovens, fazendo a diferença nas suas vidas. Não podíamos fazer isto sem o apoio de todos vós.

O respeito integral pelos Direitos da Criança obriga a uma abordagem multidimensional, com uma intervenção multidisciplinar e intersectorial, com flexibilidade estratégica e resposta integrada.

Assim, o fortalecimento de uma cultura de parceria com a criação e o desenvolvimento de projetos de in-

tervenção integrados na comunidade cabo-verdiana, tendo por base uma estratégia de mudança e de desenvolvimento, é indispensável.

Não podemos esquecer as características territoriais do nosso país e dar especial atenção ao desenvolvimento local, como sendo um processo de mudança que se centra em pequenas comunidades geográficas que apresentam necessidades específicas e cujas respostas se alicerçam nas capacidades locais, através da dinâmica e da pedagogia de participação. O desenvolvimento local tem em conta uma intervenção sistémica, com base na comunidade, sendo esta uma das nossas maiores aliadas.

A participação é um processo de envolvimento, motivação e implicação, que permite criar as condições para que as pessoas se apropriem dos recursos e intervenham mais ativamente na vida cultural, social e política, pelo que consideramos fundamental dar espaço a todos os envolvidos para se pronunciarem.

Cuidar do bem-estar das crianças e dos jovens é cuidar do futuro. É garantir que todas as crianças e os jovens têm uma vida de oportunidades, com dignidade e onde os seus Direitos são respeitados. É permitir que cresçam e se tornem adultos capazes de participarem de forma consciente e responsável, como cidadãos sociais, culturais e economicamente produtivos.

Finalizamos com uma citação do Dr. João dos Santos, psicanalista, criador da moderna Saúde Mental Infantil em Portugal e fundador do Instituto de Apoio à Criança, cuja convicção era a de que *“uma política para a infância deve ser obra de toda a Comunidade”*. Neste sentido, a participação e a cidadania ativa das crianças e dos jovens dependerão, em muito, das oportunidades, dos meios e dos apoios que lhes forem disponibilizados e do incentivo ao seu envolvimento em ações que influenciem decisões e que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, coesa e solidária. Papel, este, que a Rede Nacional de Proteção à Criança contra o Abuso e a Exploração Sexual pretende desempenhar.



## Referências

- Agência Lusa. (2017, 20 de novembro). *Crianças cabo-verdianas pedem soluções para problemas como prostituição ou trabalho infantil*. Diário de Notícias.  
<https://www.dn.pt/lusa/criancas-cabo-verdianas-pedem-solucoes-para-problemas-como-prostituicao-ou-trabalho-infantil-8930383.html>
- Bureau of Democracy, Human Rights and Labor of the United States Department of State. (2015). *Country Reports on Human Rights Practices for 2015*.  
<https://2009-2017.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm#wrapper>
- Carvalho, S. (2015, 31 de julho). *Cabo Verde considera prostituição infantil ataque mais grave aos direitos das crianças*. Agência Panafricana de Notícias.  
[https://www.panapress.com/Cabo-Verde-considera-prostituicao-a\\_630447548-lang4-free\\_news.html](https://www.panapress.com/Cabo-Verde-considera-prostituicao-a_630447548-lang4-free_news.html)
- Escola Nacional de Administração Pública. (2014). *Gestão da estratégia com uso do BSC – Módulo 4: Etapas do planeamento estratégico*. Escola Nacional de Administração Pública.
- INFORPRESS. (2017, 24 de novembro). *Ilha do Sal: ICCA promove reflexão sobre “Turismo e sua Implicação nas crianças e adolescentes”*.  
<https://inforpress.cv/ilha-do-sal-icca-promove-reflexao-turismo-implicacao-nas-criancas-adolescentes/>
- Organização das Nações Unidas. (1989). *Convenção sobre os direitos das crianças*. Organização das Nações Unidas.
- Organização Internacional do Trabalho [OIT] & Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil [IPEC]. (2012). *Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP*.  
[https://trabalho infantil.cplp.org/media/2213/palop\\_studies\\_general\\_pt\\_web.pdf](https://trabalho infantil.cplp.org/media/2213/palop_studies_general_pt_web.pdf)
- Rosabal, M. (2019, 14 de janeiro). *Discurso de Sua Excelência, a Ministra da Educação, Família e Inclusão Social de Cabo Verde [comunicação pessoal]*. Atelier “Diálogo Nacional Criança Prioridade Absoluta, Capitalização dos Resultados do Projeto Reforço das Capacidades para Melhor Prevenir e Combater a Exploração e os Abusos Sexuais das Crianças em Cabo Verde”, Cabo Verde.
- United Nations [Organização das Nações Unidas]. (2022). *Youth*. United Nations.  
<https://www.un.org/en/global-issues/youth>
- World Health Organization [Organização Mundial de Saúde]. (2021). *Adolescent health*. World Health Organization.  
[https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1)

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

Plano Estratégico da Rede Nacional de Proteção à Criança contra o Abuso e a Exploração Sexual  
– Juntos vamos construir

### **Coordenação Editorial**

IAC – Projecto Rua  
IAC – Cooperação Nacional e Internacional

### **Autoras**

Isabel Duarte Conceição  
(Consultora externa na área da prevenção dos abusos e da exploração sexual de crianças e jovens)  
Matilde Sirgado  
(Consultora externa na área da prevenção dos abusos e da exploração sexual de crianças e jovens)

### **Apoio Documental**

IAC – Projecto Rua  
Maria das Dores Sousa

### **Revisão de Conteúdos**

IAC – Conhecimento e Formação  
Mara Chora

### **Capa, Conceção Gráfica e Paginação**

IAC – Marketing, Comunicação & Projetos  
Cristina Rebelo

### **Edição**

Instituto de Apoio à Criança  
Av. da República, n.º 21  
1050-185 Lisboa  
Email: [iac-sede@iacrianca.pt](mailto:iac-sede@iacrianca.pt)  
Site: [www.iacrianca.pt](http://www.iacrianca.pt)

### **Data**

Junho de 2022

